

A Crise e a Cultura

José Márcio Barros¹

RESUMO: O estudo relaciona questões sobre a crise mundial presente, a cultura e o desenvolvimento humano. Reúne provocações que buscam contribuir para o esclarecimento do conceito e do contexto da crise. Em seguida, coloca a sua relação com a cultura e o modelo de políticas culturais em uso no Brasil, ponderando a articulação das dimensões material e simbólica para o desenvolvimento integrado.

PALAVRAS-CHAVE: crise; cultura; desenvolvimento.

The Crisis and the Culture

ABSTRACT: The study relates questionings about the recent world crisis, the culture and human development. It reunites provocations which try to contribute to the clarifying of the concept and context of the crisis. It also relates it to the culture and to the model of cultural politics in Brazil, meditating the articulations of the material and symbolic dimensions to the integrated development.

KEYWORDS: crisis; culture; development.

A etimologia da palavra crise, bem como as acepções derivativas de usos específicos que configuram dezenas de verbetes singulares, parecem ser úteis para a compreensão e problematização da atual conjuntura pela qual a economia mundial passa e os reflexos que ocorrerão no campo da cultura, especialmente, no que se refere ao seu financiamento.

Quando falamos de crise, a que estamos nos referindo? Uma crise do financiamento da economia ou uma crise do modelo de economia de mercado? Melhor dizendo, estamos diante de uma fratura exposta da hegemonia do capital especulativo financeiro na maior economia do mundo, a americana, fratura esta que atinge o consumo e por conseqüência a produção em uma escala mundial? Ou podemos dizer que, trata-se de um esgotamento do modelo de economia de mercado, entendida em seu paradigma neoliberal como a associação entre a busca da deflação, o sucateamento do Estado e dos serviços públicos, as

¹ Professor do PPG em Comunicação da PUC Minas, Professor da Escola Guignard/UEMG e Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural (www.observatoriodadiversidade.org.br). E-mail: josemarciobarros@gmail.com

privatizações de empresas estatais, crescimento do capital corrupto e a polarização social? (NASCIMENTO, 2009).

Apesar de um tanto genérica e superficial, a questão anterior procura evidenciar que, para além de sobreviver à crise, há ainda dúvidas sobre sua natureza, extensão, duração e possibilidade de superação.

Se entendermos que a crise refere-se à quebra de confiabilidade do sistema financeiro que exacerbou de forma irresponsável a disponibilidade de crédito, alimentando um motocontínuo de ofertas de ativos ilusórios sem garantias de existência real de fundos, acabaremos por concordar com a ideia de que sairemos da crise mantendo o consumo, controlando tais práticas através da prisão de alguns corruptos especuladores, a ampliação do amparo financeiro do Estado e, por consequência, a recuperação do equilíbrio, sem mudanças e rupturas. Aqui é como se a crise pudesse ser superada com a recuperação moral de credores irresponsavelmente otimistas com os superávits comerciais e o amparo pontual ao consumidor que, mesmo sem garantia de renda, precisa ter garantia de crédito.

Mas se entendermos a crise como situação limite do modelo econômico mundial, um modelo fundado na ideia e prática que transforma a produção em refém passivo do capital especulativo travestido de financiamento, e que coloca em suspeição os princípios da autonomia e auto-regulamentação do mercado, talvez reconheçamos que não se trata de superar a crise por resistir aos seus efeitos, mas de superá-la pela capacidade de se abrir a ela.

Aqui talvez, o sentido restrito da palavra crise deva deixar de ser, como na acepção latina, sinônimo de desequilíbrio causado pelo descompasso entre produção e consumo, corrigível por ações pontuais e curativas e assumir o sentido dado pelos gregos de possibilidades e necessidades de se fazer escolhas. *Krísis* no grego é a “ação ou faculdade de distinguir e tomar decisão, por extensão é o momento decisivo, difícil de separar, decidir, julgar”.²

Paradoxalmente, diminuir o sentido da crise, criar biombos de tranquilidade através de medidas de efeito paliativo e ideológico, como reduzir IPI de automóveis e aumentar as práticas discursivas de otimismo, ou de salvar os responsáveis pela crise, o próprio sistema financeiro, é contribuir para a sua permanência, mesmo que travestida de tranquilidade e recuperação. A crise não é apenas convulsiva e aguda, mas crônica e de difícil e complexa

² Dicionário da Língua Portuguesa, Houaiss, disponível em <http://biblioteca.uol.com.br/>

superação dada a tendência nos últimos 40 anos da super acumulação de capitais, financeirização da riqueza e o *frenesi* especulativo (COSTA, 2008).

Se para alguns estamos diante de uma crise do capitalismo:

Ao contrário do que os meios de comunicação procuram difundir, esta não é uma crise do setor imobiliário, do crédito, da falta de liquidez, ou de regulação, ou ainda um fenômeno oriundo da ganância dos especuladores inescrupulosos que colocaram em risco o capitalismo. Esta é uma crise do conjunto do capitalismo: o sistema todo está doente e seus fundamentos estão sendo questionados pela crise (COSTA, 2008, s.p.).

Para outros, trata-se da crise da economia de mercado, tal e qual configurada pelo capitalismo:

Eu diria que as dificuldades econômicas de hoje não pedem um "novo capitalismo", mas exigem uma compreensão esclarecida de antigas idéias sobre o alcance e os limites da economia de mercado. O que é necessário, acima de tudo, é uma clara avaliação de como funcionam as diferentes instituições, juntamente com uma compreensão de como diversas organizações - do mercado às instituições do Estado - podem contribuir juntas para produzir um mundo econômico mais decente (SEN, 2009, p. 10).

Em ambos, contudo, a certeza é a mesma, planos de socorro a bancos e empresas automobilísticas são insuficientes e de certa forma, obstaculizam a percepção da radicalidade do problema e das respostas que a sociedade precisa ser capaz de construir.

Para o professor Edmilson Costa, o momento histórico é de uma crise sistêmica que tem início na esfera econômica, mas que se desdobrará em crise social e crise política, demandando das forças transformadoras, em sua visão, protagonizada com exclusividade pelos trabalhadores, o enfrentamento e a busca pela hegemonia de um novo modelo de sociedade (COSTA, 2008).

Já para Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo na École de Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, na França, em artigo publicado no jornal Le Monde Diplomatique em janeiro deste ano:

A queda do muro de Wall Street em 2008 marca o fim da contra-reforma neoliberal. De repente, todo o mundo voltou a ser keynesiano, como se não houvesse diferenças fundamentais entre o keynesianismo da esquerda e da direita, como se o Estado atuante não tivesse que escolher entre investimento nas habitações populares ou na bomba H, entre o salvamento dos bancos e das vítimas da crise (SACHS, 2009, s.p.).

Sachs afirma que enfrentamos duas crises conjugadas que remetem a escalas de tempo distintas, daí localizar na crise uma janela de oportunidades para os países com reservas tropicais.

Por um lado, estamos diante da oportunidade de repensar e redefinir o modelo de desenvolvimento e o papel do Estado. O pós segunda guerra mundial constitui um tríplice consenso para a geração do desenvolvimento - o pleno emprego como objetivo central do desenvolvimento a ser promovido por um Estado atuante na esfera da economia, a instituição de um Estado-providência (Welfare State) e o planejamento para evitar o desperdício desnecessário de recursos (SACHS, 2009). Tais ideais foram incorporados tanto pelo mundo capitalista quanto pelo mundo socialista. Nos primeiros, conjugaram-se reformas sociais com exploração predatória dos recursos naturais. No mundo socialista a invasão da Checoslováquia em 1968 pela União Soviética e a queda do Muro de Berlim, fez ruir as últimas esperanças para com uma alternativa ao capitalismo, abrindo espaço para as contra-reformas neoliberais.

Repensar o Estado e seu papel é, portanto, a primeira necessidade e oportunidade.

Mas há, também, na perspectiva de Sachs, uma segunda dimensão, de temporalidade menos imediata e que se refere ao modelo de desenvolvimento, tomado como:

[...] uma questão difícil na medida em que afeta os padrões de consumo, os estilos de vida, a mobilidade de homens e de mercadorias, os sistemas de transporte e põe em debate os limites e a natureza assimétrica da globalização bem como do assim chamado comércio livre (SACHS, 2009, s.p.).

A pergunta correta seria qual Estado para qual desenvolvimento? A busca da neutralização dos efeitos imediatos da crise e de sua superfície mais visível, ou tornada mais visível pela imprensa e pelos defensores do mercado como lugar das soluções, não deveria nos impedir de repensar a direção que precisamos e queremos tomar, definida por Sachs como a superação da era do petróleo rumo a uma era das biocivilizações:

A crise vai exigir medidas de caráter imediato para enfrentar os seus impactos sociais negativos mas estas urgências não deveriam distrair-nos da busca de soluções a médio termo que constitui uma saída por cima, uma mudança de rumo. Isto não se fará num dia, não devemos tampouco subestimar o poder de fogo das forças conservadoras, no Brasil e no

mundo. A saída da era do petróleo vai levar decênios. As biocivilizações do futuro estão ainda por ser inventadas. O Brasil, pela sua dotação de recursos naturais, o seu potencial humano e o seu dispositivo de pesquisa, tem um papel fundamental a desempenhar. ... Há razões para encarar com certo otimismo o potencial das biocivilizações. Porém nunca será demais repeti-lo: os modelos sociais da organização do processo produtivo constituem um elemento chave. Paradoxalmente, embora as margens de liberdade de que dispomos para defini-los pareçam grandes, a nossa capacidade de aproveitá-los tem sido altamente insatisfatória (SACHS, 2009, s.p.).

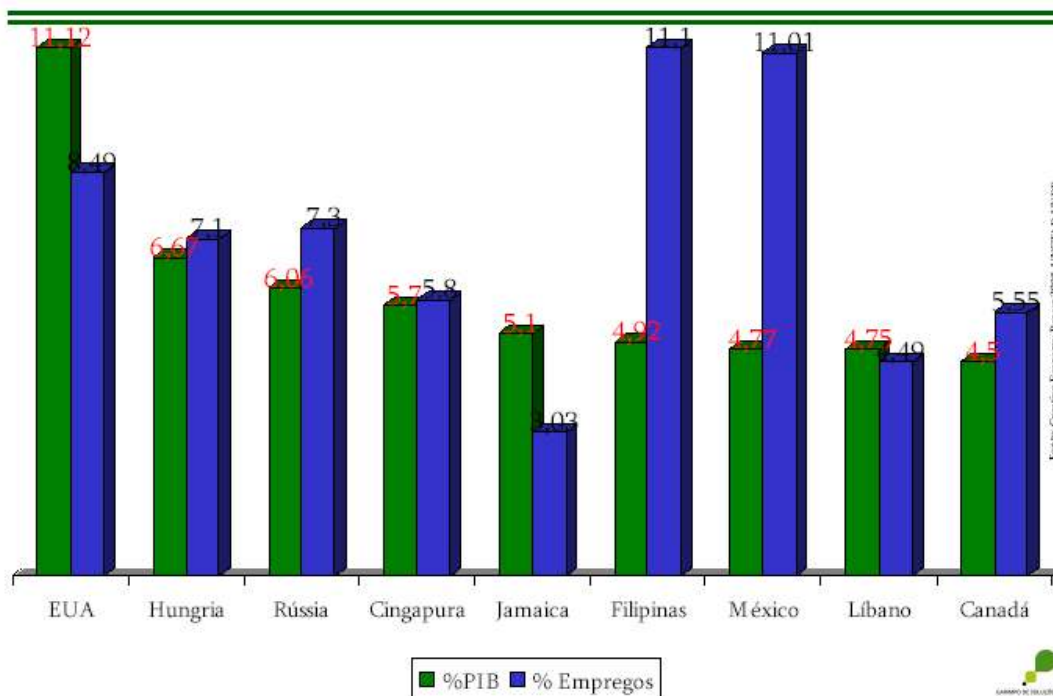
E a cultura? Quais os reflexos da crise em seu modelo atual de financiamento no Brasil, e qual o seu papel na busca de soluções e alternativas?

O reconhecimento da importância e centralidade da cultura tanto no desenvolvimento econômico, quanto na perspectiva do desenvolvimento humano, é cada vez mais forte e inquestionável.

No sentido restrito, o impacto e a presença da cultura na economia, Ana Carla Fonseca, em debate promovido em Belo Horizonte pelo Programa Pensar e Agir com a Cultura ³, apresenta dados irrefutáveis quanto ao vigor e a capacidade de geração de riquezas que a chamada economia criativa apresenta na atualidade, tanto no que se refere à sua participação no PIB, quanto na geração de postos de trabalho. Em ambos, e em combinações diferenciadas, a participação é importante, impactante e crescente.

³ A crise econômica e o financiamento da cultura, debate com Isaura Botelho, José Márcio Barros e Ana Carla Fonseca, 13/02/2009, Museu Abílio Barreto.

Contribuição das indústrias criativas - PIB e emprego



Antonio Negri e Giuseppe Cocco, citados por Paulo Miguez, afirmam mais que o impacto econômico, a centralidade que a cultura assumiu na economia contemporânea em escala mundial:

O que é cultural no capitalismo globalizado das redes é o trabalho em geral. Ou seja, um trabalho que se torna intelectual, criativo, comunicativo – em uma palavra, imaterial. A cultura ‘gera valor’ (como diz o ‘management’) porque o que é incorporado aos produtos são formas de vida: estilos, preferências, status, subjetividades, informações, normas de consumo e até a produção de opinião pública.

A mercadoria precisa ser dotada de valor cultural. O trabalho se torna, assim, ação cultural. O trabalho da cultura e na cultura se torna cada vez mais o paradigma da produção em seu conjunto (NEGRI & COCCO, 2006 *apud* MIGUEZ, 2007, p. 6).

No Brasil estima-se que a economia como base no patrimônio simbólico e criativo, crescerá em ritmo 100% maior que o restante da economia. Sergio Sá Leitão, Assessor do BNDES afirma que:

A “economia da cultura” é um novo front de desenvolvimento, por sua grande capacidade de geração de renda e emprego, por seu impacto na

formação do capital humano e no desenvolvimento de novas tecnologias, e por seus efeitos sociais positivos. O crescimento do setor no Brasil tem sido muito expressivo, mesmo que os valores absolutos ainda sejam modestos, se comparados aos que se verificam nos países desenvolvidos. Segundo a Price Waterhouse Coopers, a “economia da cultura” no Brasil passou de US\$ 11,548 bi em 2001 para US\$ 14,648 bi em 2005. O estudo projeta que o setor atingirá a marca de US\$ 21,917 bi em 2010, com uma taxa de crescimento anual estimada em 8,4%, ou quase o dobro da estimativa de crescimento do PIB brasileiro (LEITÃO, 2007, s.p.).

A despeito de todo este reconhecimento e otimismo, dado pelos irrefutáveis dados e indicadores quantitativos e qualitativos da cultura, seu modelo de financiamento parece não ter sido alterado e modernizado com o mesmo vigor e coerência.

Se considerarmos que o financiamento da cultura é composto por quatro dimensões complementares: o mercado, os recursos orçamentários públicos, os fundos públicos e privados e os mecanismos de incentivos fiscais, a realidade brasileira, parece ter construído ao longo das últimas duas décadas um modelo distorcido e desequilibrado assim descrito por Sarcovas

O Estado, que tem a responsabilidade de fomentar a criação artística e intelectual, e a distribuição do conhecimento, bases do progresso humano; o investimento social privado, evolução histórica do mecenato, meio pelo qual cidadãos e instituições privadas tornam-se agentes do desenvolvimento da sociedade; e o patrocínio empresarial, estratégia de construção de marcas e de relacionamento com seus públicos de interesse, feita por associação com ações de interesse público. No Brasil, um sistema de apoio à cultura e às artes baseado em dedução fiscal emaranhou estas fontes, subvertendo suas lógicas, inibindo seus fluxos, retardando suas expansões e, de quebra, confundindo a opinião pública (SARCOVAS, 2006, p.1).

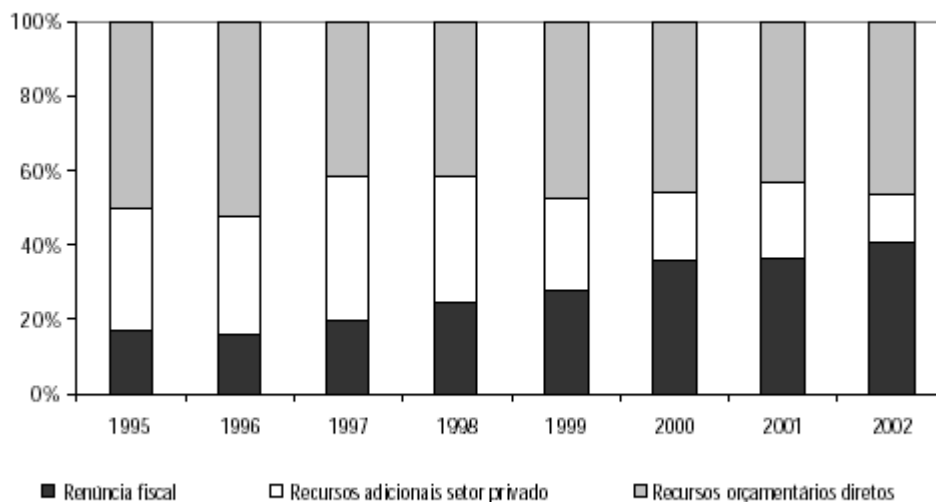
Frederico Barbosa (2005) afirma que o modelo de financiamento à cultura no Brasil, de caráter misto, posto que ancorado nos incentivos fiscais e nos fundos orçamentários, a despeito de ter representado um importante esforço de aumento e diversificação de fontes, gerou

[...] distorções em relação aos objetivos preconizados, como, por exemplo, a ênfase no incentivo a produções massivas, de gosto popular e com impacto de mídia, além das vantagens daqueles produtores que contam com agentes culturais de mediação entre artista e empresas, os quais são mais “profissionalizados” e dominam os trâmites e a linguagem da burocracia, dos artistas e dos diretores de empresas. Isso ocorreu em

detrimento dos artistas, de quem não se pode exigir tal competência, e das regiões nas quais o mediador cultural não é tão profissionalizado (BARBOSA, 2004, p.147).

Além disso, analisando o gráfico da evolução dos recursos destinados à cultura entre os anos de 1995 e 2002,

GRÁFICO 1
Evolução dos recursos destinados à cultura, 1995-2002



Fonte: Siafi/Sidcr/Ipea/MinC.

Barbosa conclui

O gráfico 1 mostra que houve aumento da parcela de renúncia fiscal e diminuição do aporte do adicional de recursos das empresas. Não custa enfatizar que, caso os recursos orçamentários tenha tido incremento real, mesmo pequeno, isto ocorreu graças ao FNC e deve-se que os incentivos fiscais são ligados ao lucro e minguam no caso de crises econômicas, – as quais pontuaram a década de 1990 (BARBOSA, 2004, p. 146).

A crise econômica e seus efeitos no financiamento da cultura no Brasil devem ser, portanto, pensadas com a anterioridade histórica e com a desconstrução crítica para que não se contente em apenas enfrentar a parte visível do fenômeno. Apesar da integração de práticas mercadológicas e estatais, o financiamento da cultura no Brasil vem demonstrando há anos o esgotamento do modelo, ou pelo menos, da maneira como este foi consolidado.

O arrefecimento da atividade produtiva no país, decorrente da crise mundial, já vem produzindo um encolhimento nos investimentos diretos e incentivados das empresas na cultura e produzindo notícias de contingenciamento orçamentário de órgãos públicos. Não seria correto, portanto, afirmar ser a crise atual responsável por problemas no financiamento da cultura, posto que esta parece estar mais ligada, como afirmou Isaura Botelho, no mesmo seminário de Belo Horizonte, aos limites e ou ausências da política pública de cultura. O que a crise faz é evidenciar o esgotamento do modelo e acelerar os efeitos perversos de suas distorções.

Mais que contabilizar estragos, prejuízos e descontinuidades, como produtores e agentes culturais já andam fazendo, o desafio parece ser o de, através da cultura, repensar práticas, perspectivas e modelos até então hegemônicos de desenvolvimento cultural, mas também de desenvolvimento humano.

Enfrentar a crise desde a cultura deve representar, para além da revisão do modelo de financiamento da cultura, necessária e urgente - a revisão da Lei Rouanet é apenas uma dimensão desta mudança - a possibilidade de colocá-la no centro da construção de novos modelos. Para além de sua participação no PIB, a cultura é provedora de uma das mais eficazes vacinas anti crise, o desenvolvimento e fortalecimento do capital social e a consolidação de uma economia limpa, sustentável e ética, posto que articula a dimensão simbólica e material da sociedade.

A crise financeira e econômica demanda, para além de ações emergenciais, o aumento dos investimentos e gastos com a cultura e a educação, o reforço do papel regulador e fiscalizador do Estado. Não se evitará que a crise atinja o financiamento da cultura no Brasil socorrendo empresas e captadores de patrocínio, mas com a radicalização das políticas públicas que garantam orçamentos públicos, compromissos públicos e institucionalização da gestão cultura.

Países como o Brasil, onde há uma objetiva possibilidade de integração entre biodiversidade e diversidade cultural, podem assumir a vanguarda de propostas transformadoras e não apenas reverberar riscos.

Referências

COSTA, Edmilson. A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A CRISE MUNDIAL E OS TRABALHADORES, São Paulo, 01 nov. 2008, promovido pelo Instituto Caio Prado Jr. Disponível em: http://resistir.info/crise/a_crise_do_capitalismo.html. Acesso em Abr/2009.

LEITÃO, Sergio Sá, entrevista à **Agência Carta Maior** em Maio de 2007. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/maio-2007/economia-da-cultura-201cdeve-se-tratar-a-economia-da-cultura-no-brasil-pensando-sobretudo-no-seu-potencial-nao-realizado201d/>. Acesso em: Abr/2009.

MIGUEZ, Paulo. Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM ECONOMIA DA CULTURA, Recife, 16 a 20 jul. 2007, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco.

NASCIMENTO, Alberto Freire. Política cultural e financiamento do setor cultural. In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 28 a 30 de maio de 2008, Faculdade de Comunicação/UFBa.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do Nascimento em Neoliberalismo: Apogeu e crise (I), 02/2009. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=37413>. Acesso em Abr/2009.

NEGRI, Antonio & COCCO, Giuseppe. O monstro e o poeta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 mar. 2006, s.p. Tendências/Debates.

SACHS, Ignacy, A crise: janela de oportunidade para os países tropicais? **Le Monde Diplomatique**, 25 jan. 2009. Disponível em: <http://criseoportunidade.wordpress.com/2009/05/09/a-crise-janela-de-oportunidade-para-os-paises-tropicais-ignacy-sachs/> Acesso em Nov/2009.

SARCOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. In: **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 62, abr/mai 2005, p. 58-62.

SEN, Amartya, “A crise do Sr. Smith”, Caderno Mais, **Folha de São Paulo**, 15 mar 2009, p.10.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. **Financiamento cultural**: situação atual e questões para reflexão, políticas sociais - acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 08 fev. 2004.